

Para Simonsen, o governo precisa definir o que quer. ¹⁶¹

"o governo prometeu demais: inflação zero e padrão de vida. Mas a economia tem leis que não podem ser frustradas. Portanto, acho que as promessas do cruzado não serão cumpridas." Esta é a única previsão que o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, membro do board do Citicorp, arrisca fazer ao abrir uma janela para 1987. "Não lembro na história recente dos últimos 30 anos um caso em que fosse tão difícil prever o ano seguinte", afirma ele.

Esta profunda indefinição, na opinião de Simonsen, poderia ser eliminada por iniciativa do próprio governo. A começar com definições que só ele pode fazer em relação à política cambial, à reindexação da economia, aos objetivos do Pacto Social e às metas do orçamento da União para o ano que se inicia. Por outro lado, a equipe econômica do governo precisa reconhecer que errou. "Os monetaristas erravam quando apontavam a demanda como única pressão inflacionária. Os heterodoxos erram ao apresentar a inércia como principal fator da inflação. A inflação tem causas tanto inerciais quanto de demanda", diz Simonsen.

A pressão de demanda é um dos pontos-chave das dificuldades na economia hoje. Se fosse governo e, mais do que isso, ditador, Simonsen faria uma recessão, desaqueceria a economia e, em seguida, propunha o Pacto Social, ou, melhor, como ditador, impunha. Quando no início da década de 60 o governo Castelo Branco viu-se às voltas com o problema — havia produção insuficiente para atender ao potencial de consumo — fez o arrocho salarial. O governo impediu que os aumentos salariais acompanhassem o mesmo nível de aumento de preços. Foi a única vez nos últimos 25 anos, lembra Simonsen, que a inflação se manteve contida. "Mas no quadro atual acho difícil fazer isto."

No entender de Simonsen, o governo deverá fazer agora um arrocho salarial implícito, através da inflação. Ou seja, o congelamento oficial de preços iniciado com o pacote de 21 de novembro, que é inflacionário, não será acompanhado devidamente pelos aumentos salariais. Desse modo, os assalariados poderão contar com menor poder de compra, o que daria folga para o equilíbrio da economia; em outras palavras, o fim do aquecimento. O problema, contudo, é como atingir o padrão de

vida da classe média, sem afetar as classes de renda mais baixa. Afinal, argumenta o ex-ministro, as classes sociais funcionam no sistema de vasos comunicantes. Se a classe média compra menos, também haverá menor geração de empregos e, por consequência, será contido o crescimento da massa salarial.

Já há sinais mais evidentes de que o governo pretende enxugar a renda disponível no bolso dos consumidores, além do aumento de impostos indiretos ocorrido no 21 de novembro. Os contribuintes terão uma grande surpresa quando concluírem em março próximo a declaração de renda deste ano, prevê Simonsen. Por estes motivos, o ex-ministro acredita que pode haver um impacto forte a partir de março. "Não se pode descartar inteiramente uma recessão industrial", arrisca ele.

O governo, segundo ele, já não fala mais num crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ou 6% em 1987. Esse número já é mais conservador: 4%. Dado o aumento da produção agrícola do próximo ano, que será significativo em vista da quebra da safra de 1986, Simonsen crê que esse será um componente expressivo do PIB. O crescimento industrial (ou recessão) estará assim num campo contrário, com reflexos na geração de empregos. "O emprego poderá não cair em termos absolutos, mas em termos relativos", diz Simonsen. Ou seja, o número de novos postos será insuficiente para absorver toda a mão-de-obra (1,5 milhão de brasileiros) que chega anualmente ao mercado de trabalho.

Nesse quadro, o empresariado deverá trabalhar com vários cenários, recomenda o ex-ministro. É impossível, porém, descrevê-los. Um deles, por exemplo, mostrando inflação alta. Outro, uma inflação baixa (30% a 40%). "Os números podem mudar violentamente, bloqueando as decisões. Sem regras firmes do jogo, o empresário desiste de investir." Os orçamentos assim deverão ser revistos mensalmente e os planos de investimento, ficarão nas gavetas.

O governo já anunciou que não pretende fazer recessão. Independente da vontade política, o ex-ministro lembra que um estrangulamento cambial ou um racionamento de energia elétrica poderiam ter consequências recessivas. Sem caixa para pagar

importações, o crescimento industrial estaria comprometido. Mas Simonsen acha que a flexibilidade cambial adotada pelo governo aparentemente já está levando a uma melhora das exportações, afastando assim o risco de uma crise cambial. Por outro lado, o ex-ministro lembra que os juros altos estão contendo a demanda e incentivando os exportadores a desestocarem mercadorias.

Para o ex-ministro, não haverá dificuldades enormes para o Brasil renegociar a dívida externa. Os credores têm hoje muitos problemas, diz ele, e também sabem que o Brasil se endividou para investir. Mas, nas palavras do ex-ministro, parece difícil ao Brasil pedir dinheiro novo ao mesmo tempo em que hostiliza o capital estrangeiro. "Estamos na contramão da história. Enquanto os governos socialistas chamam capitais, nós estamos perdendo." Nem no governo de João Goulart, lembra Simonsen, a economia sofreu a repatriação líquida de capitais estrangeiros ocorrida neste ano.

Quatro pontos, na opinião do ex-ministro, provocaram a saída de dólares. A ameaça de uma Constituição xenófoba, o congelamento de preços, a administração rígida da Lei de Informática e a ameaça de novas reservas de mercado como na química fina e na mineração estratégica. Falar hoje num congelamento de preços é para o ex-ministro mais cômico do que trágico. "Haverá todos os problemas do congelamento sem o entusiasmo popular", arrisca ele, para quem se o objetivo for reduzir transferências, a primeira providência é tornar o clima interno mais atrativo.

O ex-ministro lembra que a proposta de Constituição da Comissão dos Notáveis garante o direito à saúde e à paisagem. "Ou seja", diz Simonsen, "quem mora em apartamento de fundo encostado no morro estará inconstitucional". Para ele, o Plano Cruzado poderia ter dado certo se o governo tivesse agido no momento adequado. A inflação zero, contudo, colocou a economia em rota de colisão. "Hoje", diz ele, "é impossível fazer previsões. Afinal, no fim de 1985 economistas previam uma inflação de 300 a 400% neste ano e um superávit de 13 bilhões de dólares na balança comercial. Veio o cruzado", lembra Simonsen, "e passou a perna neles, mostrando que a ação do governo pode mudar tudo."